

SÃO MATEUS AGROPECUÁRIA LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

SÃO MATEUS AGROPECUÁRIA LTDA.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e acionistas da
São Mateus Agropecuária Ltda.
Varjão de Minas - MG

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da São Mateus Agropecuária Ltda. ("Empresa"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis" as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Mateus Agropecuária Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Ausência recolhimento de IOF em operação de mútuo

A Empresa não tem como prática o cálculo e registro de encargos financeiros e tributos sobre as operações de mútuo. Em 25 de outubro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu as análises sobre recursos envolvendo o tema e tratou como jurisprudência a incidência de tributos sobre as transações de Pessoas Jurídicas com Pessoas Físicas. Em razão da ausência de reconhecimento de registro contábil de encargos tributários sobre operações de mútuo, não nos foi possível, nas circunstâncias opinar sobre os possíveis efeitos que poderiam trazer sobre o resultado e a posição patrimonial e financeira da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;



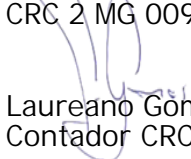
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 08 de julho de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 MG 009485/F-0


Laureano Gomes de Oliveira Souza
Contador CRC 1 MG 110753/O-0

SÃO MATEUS AGROPECUÁRIA LTDA.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2023	2022		Nota explicativa	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	83	703	Fornecedores		1.949	2.925
Contas a receber de clientes	5	143	406	Empréstimos e financiamentos	10	3.046	35.086
Estoques	6	10.629	7.749	Arrendamento - Direito de uso	11	953	-
Impostos a recuperar	7	1.267	1.026	Obrigações trabalhistas e tributárias		509	504
Outros ativos circulantes		97	207	Outros passivos circulantes		295	293
		<u>12.219</u>	<u>10.091</u>			<u>6.752</u>	<u>38.808</u>
Não circulante				Não circulante			
Partes relacionadas	8 a)	20.682	35.780	Empréstimos e financiamentos	10	18.345	-
Outros ativos não circulantes		1.425	675	Arrendamento - Direito de uso	11	1.159	-
		<u>22.107</u>	<u>36.455</u>	Partes relacionadas	8 b)	-	2.019
						<u>19.504</u>	<u>2.019</u>
Investimentos				Patrimônio líquido			
Imobilizado	9	3.847	2.847	Capital social	13	36.715	36.715
Ativo biológico		3.602	1.741	Prejuízos acumulados		(21.169)	(26.373)
Intangível		26	34			<u>15.546</u>	<u>10.342</u>
		<u>7.476</u>	<u>4.623</u>				
Total do ativo		<u><u>41.802</u></u>	<u><u>51.169</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>41.802</u></u>	<u><u>51.169</u></u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SÃO MATEUS AGROPECUÁRIA LTDA.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Receita líquida de vendas	14	20.494	21.346
Custo das vendas		(8.970)	(11.809)
Lucro bruto		11.524	9.537
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	15	(2.877)	(2.629)
Despesas tributárias		(89)	(153)
Outras receitas operacionais	16	525	286
		(2.441)	(2.496)
Resultado operacional antes das despesas financeiras, líquidas		9.083	7.041
Receitas/(despesas) financeiras, líquidas			
Receitas financeiras	17	218	370
Despesas financeiras	17	(4.097)	(4.548)
		(3.879)	(4.178)
Lucro líquido do exercício		5.204	2.863

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SÃO MATEUS AGROPECUÁRIA LTDA.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	<u>5.204</u>	<u>2.863</u>
Total de resultado abrangente do exercício	<u><u>5.204</u></u>	<u><u>2.863</u></u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SÃO MATEUS AGROPECUÁRIA LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido negativo

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	(Prejuizos)/lucros líquidos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	36.715	(29.236)	7.479
Lucro líquido do exercício	-	2.863	2.863
Saldos em 31 de dezembro de 2022	36.715	(26.373)	10.342
Lucro líquido do exercício	-	5.204	5.204
Saldos em 31 de dezembro de 2023	36.715	(21.169)	15.546

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SÃO MATEUS AGROPECUÁRIA LTDA.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	5.204	2.863
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação, amortização e exaustão	1.050	60
Valor residual do ativo permanente baixado	1.973	-
	<u>8.227</u>	<u>2.923</u>
(Aumento)/redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	263	777
Estoques	(2.880)	(253)
Impostos a recuperar	(241)	(358)
Outros ativos	(640)	612
	<u>(3.498)</u>	<u>778</u>
Aumento líquido/ (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(976)	1.455
Obrigações trabalhistas e tributárias	5	100
Outros passivos	2	(1.088)
	<u>(969)</u>	<u>467</u>
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>3.760</u>	<u>4.168</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos	-	(1)
Adiantamento para futuro aumento de capital, líquido	-	246
Ativo biológico	(1.861)	100
Ativo imobilizado e intangível	(4.015)	(2.269)
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>(5.876)</u>	<u>(1.924)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	(13.695)	4.316
Partes relacionadas, líquidas	13.079	(12.685)
Aquisição arrendamento - direito de uso	2.965	-
Juros sobre arrendamento - direito de uso	161	-
Pagamento de arrendamento por direito de uso	(1.014)	-
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades de financiamentos	<u>1.496</u>	<u>(8.369)</u>
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	<u>(620)</u>	<u>(6.125)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	703	6.828
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	83	703
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	<u>(620)</u>	<u>(6.125)</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A São Mateus Agro Pecuária Ltda. foi constituída em 1979, na forma de sociedade anônima e transformada em sociedade limitada em outubro de 2018. Em 2021 a empresa começou a atuar no mercado de café, nossas lavouras estão na Região do Cerrado Mineiro, a primeira com denominação de origem para cafés do mundo, mais especificamente no município de Varjão de Minas.

2. Bases de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, as normas dos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Diretoria autorizou a conclusão da elaboração e aprovou as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023 em 08 de julho de 2024.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo;
- Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos a despesa de venda;
- As propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa por se tratar do principal ambiente econômico em que atua. Todas as informações financeiras apresentadas foram expressas em Reais, exceto se indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras estão de acordo com as normas exigidas pelo CPC, no que tange que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 5: contas a receber de clientes (provisão para perdas);
- Nota Explicativa nº 6: estoques (provisão para perdas);
- Nota Explicativa nº 9: imobilizado (depreciação).

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Transações em moedas estrangeiras

Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- Instrumentos financeiros disponíveis para venda (exceto no caso de redução ao valor recuperável no qual as diferenças cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes são transferidas para o resultado);
- Passivo financeiro designado como proteção (hedge) do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que a proteção (hedge) é efetiva;
- Uma proteção (hedge) de fluxos de caixa que se qualifica, os quais são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

3.2. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Empresa reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando ela transfere o direito ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Empresa tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Caixa e equivalente de caixa, Contas a receber de clientes, títulos de renda variável e outros créditos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Empresa reconhece passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras e partes relacionadas, fornecedores, outras contas a pagar.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. Os riscos envolvendo essas transações estão apresentados na nota explicativa 19.

3.4. Contas a receber de clientes e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, reduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 180 dias, quanto a: i) justificativa do cliente para o atraso; ii) renegociação e/ou parcelamento do título; iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e iv) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

3.5. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação, e outros custos incorridos para trazê-los à sua localização e condição atuais. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas. O custo dos ativos biológicos após colheita é seu valor justo menos as despesas de venda apurados na data do corte.

3.6. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda, sendo que quaisquer alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidas no resultado. Despesas de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos, incluindo despesas de transporte. Os ativos biológicos compreendem as plantações de café, milho grão, soja, feijão.

Como o valor justo destes ativos deve ser facilmente determinado, eles são inicialmente reconhecidos e subsequentemente avaliados ao valor justo menos as despesas com vendas. Por ocasião da colheita, o café, soja, milho, feijão são reconhecidos em "Estoques" pelo valor justo menos as despesas de venda e não mais remensuradas.

3.7. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment).

(ii) O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes referentes à ganhos ou perdas decorrentes de hedges de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo imobilizado em moeda estrangeira. O software adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

(iii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos que serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iv) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

- Instalações: 10% ao ano;
- Máquinas e equipamentos: 10% ao ano;
- Veículos: 20 % ao ano;
- Móveis e utensílios: 10% ao ano.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

3.8. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, incluindo a participação em uma investida reconhecida por equivalência patrimonial, é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferido ativo, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa a partir de seu uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou UGCs. Sujeito ao limite do segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de tal forma que o nível no qual o teste de redução ao valor recuperável é realizado reflita o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 22.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.9. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos.

3.10. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

3.11. Receita operacional

(i) Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Empresa, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para venda de madeira e papel, a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente; entretanto, para alguns embarques internacionais a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no respectivo transportador localizado no porto. Geralmente, o comprador não tem direito de devolução para tais produtos. Para a venda de gado, a transferência ocorre mediante o recebimento pelo cliente.

(ii) Prestação de serviços

A receita com a prestação de serviços é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de elaboração das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência às pesquisas de trabalhos realizados. Quando serviços incluídos um mesmo acordo são prestados em períodos diferentes, a contraprestação de receitas é alocada com base nos valores justos relativos de cada serviço.

(iii) Comissões

Quando o Grupo atua na qualidade de um agente, ao invés de um principal, em uma transação, a receita reconhecida é o valor líquido da comissão recebida pelo Grupo.

(iv) Receita de aluguel

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida como outras receitas.

3.12. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras, receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora) e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação diferidas, perdas no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e contraprestações contingentes e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas sobre os ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesas financeiras dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou perda líquida.

3.13. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência dos exercícios e considera:

- (i) As provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram calculadas de acordo com as normas do Regulamento do Imposto de Renda;
- (ii) As receitas, custos e despesas são apropriados de acordo com o regime de competência dos exercícios. Considera ainda nos reconhecimentos de receitas a extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Entidade e suas investidas, quando possa ser mensurada de forma confiável, sendo creditada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

3.14. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Empresa possui, em 31 de dezembro de 2020, bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais a compensar com lucros tributáveis futuros, sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais, para compensação de acordo com o limite de 30% do lucro tributável de cada exercício.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias:

Sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;

Relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível;

Tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades para investimento que são mensurados ao valor justo, a presunção que o valor contábil da propriedade para investimento será recuperada por venda não foi refutada.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. O Grupo acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros.

Novas informações podem se tornar disponíveis, o que levaria o Grupo a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações da provisão impactarão a despesa com imposto de renda no exercício em que forem realizadas.

3.15. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Imobilizado

O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens similares, quando disponíveis, e custo de reposição depreciado quando apropriado. Custo de substituição depreciado reflete ajustes por deterioração física, assim como obsolescência funcional e econômica.

(ii) Ativos biológicos

O valor justo dos ativos biológicos é baseado no preço de mercado dos volumes comercializados, líquidos dos custos.

(iii) Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Os valores justos de contas a receber e outros recebíveis, são estimados como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Contas a receber de curto prazo que não são sujeitos a correção de juros são mensurados ao valor original da fatura se o efeito de desconto a valor presente não é material. O valor justo é determinado na data de reconhecimento e, para fins de divulgação, na data base das demonstrações financeiras.

(iv) Outros passivos financeiros não derivativos

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de relatório anual. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração.

Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

3.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros

A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros.

Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Empresa. A Empresa efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais.

b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “políticas contábeis materiais”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Empresa, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

c) Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro

i. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação.

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais da Empresa.

ii. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two*

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Organisation for Economic Co-operation and Development* - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do *Pillar Two*.

As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre as potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do *Pillar Two*.

O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two*, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023.

As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo *Pillar Two*. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do *Pillar Two*.

A Administração determinou que a Empresa não está dentro do escopo das *Pillar Two Model Rules* da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos.

- d) Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros;

As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores.

Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis da Empresa.

- 3.17 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Empresa, a saber:

- a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2): acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26: esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26: esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1): esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2): exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Atualmente, a Empresa está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Empresa avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos dos caixas e equivalentes de caixa estão representados pelos valores de realização, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial. As aplicações financeiras referem-se a investimentos em renda fixa (DI) junto ao Banco BMG.

	2023	2022
Bancos - conta corrente	83	702
Aplicações financeiras	-	1
Total	<u>83</u>	<u>703</u>

A exposição da Empresa a riscos de taxas de juros e à análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros está divulgada na Nota Explicativa nº 17.

5. Contas a receber de clientes

Composto por créditos a receber na venda de produtos no mercado interno e em exportações, sendo reconhecidos em resultado de acordo com a competência dos valores, em conformidade aos critérios mencionados na Nota explicativa 3.4. Com base na expectativa de recebimento dos montantes envolvidos, a Administração efetivou provisão para perdas nos saldos recebíveis, em valor julgado suficiente para fazer face aos riscos inerentes de não realização nos mesmos. Os saldo constantes em clientes estão assim representados:

	2023	2022
Duplicatas a receber	143	724
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(318)
Total	<u>143</u>	<u>406</u>

A exposição da Empresa a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e a outras contas, é divulgada na Nota Explicativa nº 19.

6. Estoques

Constituído por produtos agrícolas, café "in natura". Todos os itens existentes estão mensurados pelo custo de aquisição ou produção:

SÃO MATEUS AGROPECUÁRIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Matéria prima e produtos auxiliares	1.212	1.140
Produtos em processo	4.454	5.220
Estoque em poder de terceiros	4.925	1.333
Outros estoques	38	56
Total	<u>10.629</u>	<u>7.749</u>

7. Impostos a recuperar

Saldos registrados referem-se a impostos a recuperar do ano corrente e de exercícios passados, o saldo de impostos a restituir está apontado pelo valor nominal na data de encerramento do exercício:

	2023	2022
IRPJ	208	287
COFINS à recuperar	746	457
PIS à recuperar	163	100
ICMS à recuperar	143	83
CSLL	2	99
Outros	5	-
Total	<u>1.267</u>	<u>1.026</u>

8. Partes relacionadas

Conforme estabelece a Resolução CFC nº 1.145/08, que aprova a NBC T 17, e CPC 05 (R1) e correspondentes (IAS 24), a Administração faz divulgação sobre partes relacionadas, informando que:

O Grupo adota política de remuneração ao pessoal chave da administração que inclui seus Diretores executivos e não executivos, Conselho de Administração e todos os administradores da Empresa.

Ativo não circulante

- a) As operações com empresas associadas decorrem de fornecimentos mútuos para financiamentos necessários a suas atividades.

Corresponde à saldos realizados de mútuos celebrados junto a empresas e pessoas ligadas, bem como com terceiros, com a remuneração dos valores históricos com base nos juros acordados nos respectivos contratos, e apuração e registro dos encargos devidos de IOF - Imposto sobre Operações Financeiras sobre os montantes envolvidos, quando aplicável.

SÃO MATEUS AGROPECUÁRIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

As operações com empresas associadas, relacionadas à atividade operacional da Empresa, foram realizadas em condições acordadas entre as partes envolvidas, e seus saldos patrimoniais podem ser assim demonstrados:

Os saldos de transações com partes relacionadas em 31 de dezembro, estão assim representados:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Comercial Mineira S.A.	629	15.727
Flavio Pentagna Guimarães	-	-
RAJ Participações Ltda.	19.858	19.858
Empresa Agrícola São Gabriel	195	195
Total	<u>20.682</u>	<u>35.780</u>

Passivo não circulante

b) As operações com Empresas associadas decorrem de fornecimentos mútuos para financiamentos necessários a suas atividades:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Santa Clara Comercio e Empreendimentos Ltda	-	2.019
Total	<u>-</u>	<u>2.019</u>

SÃO MATEUS AGROPECUÁRIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

9. Imobilizado

O ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2023 é composto por bens que contribuem para a realização do objeto social da Empresa e está demonstrado como segue:

	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Imobilizações em andamento	Direito de uso	Outras	Total
Custo ou avaliação								
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.976	4.492	1.803	3.901	1.432	1.828	2.590	19.022
Aquisição	-	-	428	110	10.774	2.595	2.423	16.330
Depreciação	-	(105)	(319)	(513)	-	(115)	(378)	(1.430)
Baixa	-	-	-	-	(81)	(1.828)	(16)	(1.925)
Transferências/ Apropriações	-	-	-	-	(1.430)	-	(1.550)	(2.980)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.976	4.387	1.912	3.498	10.695	2.480	3.069	29.017
Custo total	2.976	5.626	9.416	9.122	10.695	2.595	9.063	49.493
Depreciação acumulada	-	(1.239)	(7.504)	(5.624)	-	(115)	(5.994)	(20.476)
Valor contábil	2.976	4.387	1.912	3.498	10.695	2.480	3.069	29.017
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.976	4.387	1.912	3.498	10.695	2.480	3.069	29.017
Aquisição	-	-	56	89	3.452	-	691	4.288
Depreciação	-	(104)	(313)	(506)	-	(273)	(484)	(1.680)
Baixa líquida	-	-	-	(1)	(159)	(27)	(46)	(233)
Ajuste	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	65	(222)	-	157	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.976	4.283	1.655	3.145	13.766	2.180	3.387	31.392
Custo total	2.976	5.626	9.472	9.275	13.766	2.567	9.802	53.484
Depreciação acumulada	-	(1.343)	(7.817)	(6.130)	-	(387)	(6.415)	(22.092)
Valor contábil	2.976	4.283	1.655	3.145	13.766	2.180	3.387	31.392
Taxas anuais de depreciação - %		4%	4%	10%	20%	10 à 33%	10 à 20%	

SÃO MATEUS AGROPECUÁRIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

10. Empréstimos e financiamentos

Valores contratados junto a instituições financeiras, tendo como finalidade a aquisição de bens ao Imobilizado de uso e captação de recursos para capital de giro, demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos de juros contratados, incorridos até o encerramento do exercício.

Os saldos de empréstimos e financiamentos estão assim representados:

	2023	2022
Empréstimos para capital de giro		
Banco ABC Brasil	18.345	-
Banco Intermedium	3.046	3.077
Banco Santander do Brasil S.A.	-	32.009
Total	<u>21.391</u>	<u>35.086</u>
Circulante	3.046	35.086
Não circulante	18.345	-

Os empréstimos bancários vencem até 2026, com juros prefixados conforme o contato firmado junto à instituição financeira:

Referência	Tipo Correção
Capital de giro	CDI + 1,30% a.a.

Os empréstimos bancários são garantidos por fiança e aval dos sócios e não há covenants.

11. Arrendamento - Direito de uso

A contabilização dos Arrendamentos Mercantis de acordo com o CPC 06-R2

	2023	2022
Saldo inicial	-	-
Baixas/Adições	2.965	-
Juros do exercício	161	-
Pagamentos realizados	(1.014)	-
Passivo de arrendamento em 31 de dezembro	<u>2.112</u>	<u>-</u>
Circulante	953	-
Não Circulante	1.159	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

12. Contingências e depósitos judiciais

Uma contingência é reconhecida em nosso balanço quando: (a) a Empresa tem uma obrigação legal ou constituída como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação possa ser estimado com suficiente segurança. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas de risco exigidas e analisadas caso a caso, de acordo com consultas realizadas com nossos assessores legais e consultores jurídicos internos.

A empresa não tem passivos contingentes com expectativa de perda provável.

13. Patrimônio líquido

O Capital Social de R\$ 36.715 mil é dividido em 183.577.142 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 0,20 centavos:

	Quantidade de ações	Participação R\$	Participação (%)
Raj Participações S.A	157.974	31.594	86,05%
Coemp - Comercio e Empreendimentos Imobiliarios	25.603	5.121	13,95%
Total	<u>183.577</u>	<u>36.715</u>	<u>100%</u>

14. Receita líquida de vendas

As receitas são representadas por vendas de produtos agrícolas tais como café:

	2023	2022
Venda no mercado nacional	20.940	21.793
Impostos incidentes s/ vendas e serviços	(446)	(447)
Total	<u>20.494</u>	<u>21.346</u>

15. Despesas administrativas e gerais

	2023	2022
Despesas com pessoal	(1.197)	(1.054)
Viagens e estadias	(47)	(22)
Perdas diversas	(319)	(453)
Serviços de terceiros	(910)	(876)
Despesas com material consumo	(63)	(38)
Outras despesas gerais	(341)	(186)
Total	<u>(2.877)</u>	<u>(2.629)</u>

SÃO MATEUS AGROPECUÁRIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

16. Outras (despesas)/receitas operacionais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas eventuais	207	313
Outras receitas operacionais	<u>318</u>	<u>(27)</u>
Total	<u><u>525</u></u>	<u><u>286</u></u>

17. Receitas/(despesas) financeiras, líquidas

O resultado financeiro líquido está assim representado:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	1	18
Juros ativos	29	36
Rendimentos de aplicação financeira	<u>188</u>	<u>316</u>
	218	370
Despesas financeiras		
Juros	(3.686)	(4.531)
Outras despesas financeiras	<u>(411)</u>	<u>(17)</u>
	<u><u>(4.097)</u></u>	<u><u>(4.548)</u></u>
	<u><u>(3.879)</u></u>	<u><u>(4.178)</u></u>

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Empresa possui, em 31 de dezembro de 2023, bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais a compensar com lucros tributáveis futuros, sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais, para compensação de acordo com o limite de 30% do lucro tributável de cada exercício.

Em virtude de incertezas quanto ao prazo de recuperação dos referidos créditos e à falta de histórico de lucratividade, a Empresa optou, conservadoramente, por não constituir imposto de renda diferido conforme CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro.

As declarações de rendimentos da Empresa estão sujeitas à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições estão também sujeitos a essas condições, conforme legislação e prazos de prescrição aplicáveis.

19. Instrumentos financeiros

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

a) Estrutura de gerenciamento de risco

A Diretoria tem a responsabilidade para o estabelecimento da supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Empresa. A Estrutura de gerenciamento de risco e definição das estratégias é sempre definida em conjunto com o Controlador da Empresa. A Diretoria é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Empresa.

b) Risco de crédito

Risco e crédito é risco de a Empresa incorrer em perdas decorrentes de um contrato de financiamento de projetos sociais, ou de uma contraparte de um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado, conforme descrito abaixo.

Caixa e equivalentes de caixa - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, tem nos ganhos da Entidade ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro dos parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

d) Riscos financeiros

É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinados instrumentos financeiros oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. A Empresa gerencia o risco de mercado com o objetivo de garantir que ela esteja exposta somente a níveis considerados aceitáveis de risco dentro do contexto de suas operações.

e) Exposição a riscos de taxas de juros

A Empresa está exposta a taxas de juros flutuantes substancialmente atreladas às variações do CDI, TJLP e IGPM, nas aplicações financeiras em reais citada na nota explicativa nº 4, empréstimos e financiamentos na Nota Explicativa nº 10 e nas duplicatas a receber de clientes em reais conforme citados na nota explicativa número 5.

20. Cobertura de seguros (Não auditado)

A Empresa avalia a necessidade de contratação ou não de coberturas de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de exame pela auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21. Eventos subsequentes

Em 15 de dezembro de 2023 o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico.

Até 31 de dezembro de 2023 as subvenções recebidas pelas empresas, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais.

A partir de 1º de janeiro de 2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos da empresa. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro.

SÃO MATEUS AGROPECUÁRIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

A Empresa ainda está avaliando potenciais impactos nas suas operações a partir de 01 de janeiro de 2024.

Não ocorreram outros eventos subsequentes entre o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e a data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis que pudessem alterar as posições contábeis do balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

Ricardo Annes Guimarães
Diretor

Vanilce dos Santos Oliveira
Contador CRC 091.646/O-0